

Senado ampliará o seu poder de fiscalização

04 MAR 1985

Brasília — O Senado Federal marca o início de seus trabalhos, esta semana, com os estudos para a criação de uma comissão permanente para a tomada de contas e fiscalização financeira dos atos do Poder Executivo, inclusive das estatais. O presidente do Senado, José Fragelli (PMDB-MS) designou o Senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) — terceiro secretário da Mesa — para organizar essa comissão.

Segundo Fragelli, não vai ser fácil criar esse órgão técnico, dadas as dificuldades de fiscalizar em profundidade os atos do Governo na área econômica. Daí porque Marcondes Gadelha começará por recrutar funcionários altamente especializados em auditoria e contabilidade, capazes de diagnosticar os excessos financeiros do Governo encobertos pelas complicadas prestações de contas.

Com a criação da comissão, que terá poderes para convocar ministros de Estado e presidentes de estatais e deles exigir explicações sobre gastos públicos, o Senado está dando cumprimento à emenda Mauro Benevides, que regulamentou os processos de fiscalização dos atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta. A exigência de que os atos do Governo sejam fiscalizados pelo Congresso está na Constituição desde 1969, sem jamais ter sido cumprida.

Junto com a comissão de fiscalização financeira, o presidente do Senado quer criar a comissão de ciência e tecnologia, já que o Executivo contará agora com esse Ministério. Segundo Fragelli, sua meta é dar ao Senado instrumentos para o acompanhamento efetivo da ação da administração pública.